

Jornal do Professor

Impresso Especial
9912252604/2010-DR/RJ
Sinpro-Rio
CORREIOS



SinproRio

www.sinpro-rio.org.br

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região
Ano 53 • nº 220 • Julho, Agosto e Setembro 2012

FILIADO À **contee** **CUT** **FETEERJ**



CPI da Educação Superior Privada é instaurada na Alerj

PÁG. 5

ED. INFANTIL

Proinfantil e Brasil Carinhoso foram temas de debate

PÁG. 3

NOTÍCIAS

Oitavo Conatee debate organização sindical

PÁG. 4

GÊNERO E ETNIA

Projeto "Por uma Educação Não Sexista" é lançado no Sindicato

PÁG. 6

NOTÍCIAS

Sinpro-Rio participa do 11º Concut

PÁG. 6

COPAP

Comissão debate Previdência Social e Trabalhadores

PÁG. 8



debate possibilidades e limites

PÁG. 7

EDITORIAL

Uma luta permanente

O segundo semestre de 2012 gera expectativas importantes para o mundo, e em particular para a América Latina e o Brasil, com os resultados das eleições estadunidense, venezuelana e municipais em nosso país. Todas apontando para um futuro próximo de definições quanto aos rumos de enfrentamento da crise cíclica do capital internacional, da onda conservadora que ameaça com um retrocesso em nossa parte do continente e, por aqui, no Brasil, com as composições e recomposições que formarão as bases eleitorais de 2014.

A nós, trabalhadores, cabe permanecer alertas aos desfechos desses pleitos e seus desdobramentos. A defesa da democracia, como instrumento de avanço na luta por uma sociedade mais justa e igualitária nas oportunidades e direitos, é fundamental. A continuidade da aposta nos investimentos sociais, incluindo aí o seu aprofundamento através de políticas públicas, construídas a partir das demandas dos movimentos sociais organizados em nosso país, deverá continuar a ser nossa bandeira maior de luta.

Apesar de, na última década, 21,8 milhões de brasileiros terem deixado a zona de pobreza, o Brasil ainda permanece entre os países mais desiguais do mundo. Todo esforço empreendido nos últimos anos – 3,7 milhões deixaram a pobreza entre 2009 e 2011 (Pnad/2011-I/BGE) – ainda não foi o suficiente. De acordo com os estudos do IPEA, o carro-chefe deste avanço foi a renda do trabalho (58%), seguido da previdência social (20%), enquanto o Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família, diferentemente do que se alardeava, correspondem respectivamente por apenas 4% e 13%. Isto significa que as desigualdades poderiam ter caído mais, se o país tivesse feito opção mais forte pelos mais pobres, segundo Marcelo Neri, presidente Ipea.

Recentemente, na Espanha, milhares de jovens saíram às ruas de Madrid, para protestarem contra as medidas de “austeridade” para o Orçamento de 2013, no qual estão previstos cortes nas aposenta-

dorias, nos salários, na saúde pública, etc. Em contrapartida a estas medidas, a Presidente Dilma, na abertura da Assembleia Geral da ONU, além de criticar o “protecionismo e as formas de manipulação do comércio - que devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade de maneira espúria e fraudulenta” -, reafirmou também ser “urgente a construção de um amplo pacto pela retomada do crescimento global”, para superação da atual crise do capital, configurada desde 2008. O que reforça nossa bandeira de luta, uma vez que não podemos ceder, na América Latina, e particularmente no Brasil, ao receituário neoliberal.

“A CPI é um marco na luta por uma educação de qualidade e pelos direitos dos(as) professores(as)”

Em nosso ramo de atuação - a educação -, ainda aguardamos o desfecho da “novela” do PNE 2011-2020, que ameaça mais uma vez ser protelado, ficando para 2013, aumentando o perigoso vácuo educacional no país. Temos previsto, para este final de ano, a convocação da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae), através das instalações dos Fóruns Permanentes de Educação estaduais. Este será, sem dúvida, um espaço importante a ser ocupado pelos trabalhadores em educação, em 2013, com a realização das conferências municipais, regionais e estaduais, preparatórias para Conae Nacional.

Muitos temas estarão em discussão, mas nós teremos que, necessariamente, pautar questões prementes, tais como: financeirização e internacionalização da Educação Superior Privada comandada por grandes grupos financeiros e suas relações com o Estado brasileiro e o dinheiro público, direta e indiretamente, através de programas, projetos e funda-

ções; regulação, supervisão e integração da educação privada, de modo geral, no Sistema Nacional de Educação.

É importante frisar que está em andamento, desde julho deste ano, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) - presidida pelo deputado Paulo Ramos, com relatoria do deputado Robson Leite - para apurar denúncias relativas à gestão fraudulenta, enriquecimento ilícito, desvio de recursos públicos, apropriação indébita, lavagem de dinheiro, propaganda enganosa, precarização das relações de trabalho, criação de monopólios, nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Esta CPI é um marco na luta por uma educação de qualidade e pelos direitos dos trabalhadores em educação, particularmente dos(as) professores(as).

Trata-se, pela primeira vez, da questão da tal “crise” das IES privadas, que deixam sistematicamente de cumprir suas obrigações trabalhistas - além de diversos abusos à LDB - de uma forma centralizada, ampla e com cruzamentos de dados importantes, por exemplo: IES que atrasam salários permanentemente - e são autuadas constantemente pela SRT - e que concomitantemente expandem seus campi pela cidade, por diversos municípios do estado, e até do país; caracterizando um *modus operandi* de evidente capitalização sobre o trabalho (salário) do professor, entre outras fraudes.

No âmbito sindical, concluímos, em agosto, um ano eleitoral intenso em nos-

sas entidades de representações regionais e nacionais: Feteerj, CUT-RJ, CUT-Nacional e Contee. Em todos esses fóruns, o Sinpro-Rio se fez representar com suas delegações; compôs, disputou e elegeu representantes em suas respectivas diretorias, confirmando a força e importância de nossa entidade no cenário regional e nacional, na soma de forças dos trabalhadores do ramo de educação na luta por um Brasil melhor. Pois entendemos que nossas lutas se travam localmente, mas são, de fato, embates nacionais e alguns, internacionais.

Temos, ainda neste segundo semestre, a retomada das Campanhas Salariais, seja na recomposição das paritárias especiais, previstas nas convenções da Educação Básica, para tratar da questão dos pisos, principalmente da Equiparação Salarial - piso único na Educação Básica -; seja na Superior, para tratar das questões de EAD, Pós *lato sensu* e Plano de Cargos e Salários. Além de nossa permanente prontidão em relação à questão previdenciária - fator previdenciário, desaposentação, etc.

Diante deste quadro, impõe-se a necessidade de nossa contínua mobilização, pois nossa luta é permanente e dura o ano inteiro. O Sinpro-Rio, com seus 81 anos de história e de lutas, está mais uma vez preparado para, junto com a categoria, lutar pela manutenção de suas conquistas e pela busca por seus direitos, e ainda, engajado na luta maior por uma nação soberana, com desenvolvimento econômico e social justo e para todos.

A Diretoria. •



EXPEDIENTE

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região • Sinpro-Rio

SEDE CENTRO

Rua Pedro Lessa, 35 • 2º, 3º, 5º e 6º andares
CEP 20.030-030 • Tel. (21) 3262-3400
e-mail: sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • CAMPO GRANDE

Rua Manal, 180 • CEP 23.052-220
Tels. (21) 2415-4686 • 3402-1768
e-mail: campogrande@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • BARRA DA TIJUCA

Av. das Américas, 5.777 • salas 202 e 208 a 211
CEP 22.793-080
Tels. (21) 2438-2457 • 2438-4109 • 2497-3710
e-mail: barra@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • MADUREIRA

Rua Carolina Machado, 530 • salas 210, 211 e 212
CEP: 21351-021
Tels. (21) 3350-6233 • 3350-6255 • 3350-6149
e-mail: madureira@sinpro-rio.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Wanderley Júlio Quêdo

1º vice presidente
Antonio Rodrigues

2º vice presidente
Dilson Ribeiro da Silva

1º secretário
Márcio Fialho de Oliveira

2º secretário
Hélio de Oliveira Maia

1º tesoureiro
Marcelo Pereira

2º tesoureira
Magna Corrêa de Lima Duarte

Procurador
Afonso Celso Teixeira

Comunicação
André Jorge Marinho

Patrimônio
Vera Lúcia S. Da Câmara

Educação
Maria do Céu Carvalho

Suplentes
Rosi Alves Menescal
Francisco Brossard Correa de Mello
Hiran Rodol
Fernando Linhares Gomes Soares

CONSELHO FISCAL

Titulares
João Paulo Câmara Chaves
Paulo César Azevedo Ribeiro
Arnaldo Borba Júnior

Suplentes
Octávio Ferreira Filho
Suzana Castro de Souza
Joaquim Pereira Esteves

FEDERAÇÃO

Titulares
Fernando da Rocha Magno
Norma Ceribello

Suplentes
Marina Job Vasques de Freitas Espírito Santo
Terezinha Freitas de Azevedo

DIRETORES DE ZONAS

Zonal Centro
Celeste Tereza Correia Morgado
José Carlos Vieira Campos

Zonal Sul
Fernando Antônio da Costa Vieira
Carlos Henrique de Carvalho Silva

Zonal Tijuca
Valquíria Jorgina Juncken
Ronaldo Leme Louro

Zonal Barra/Jacarepaguá
Marco Túlio Paolino
Carla Danielle dos Santos São Bento Pereira

Zonal Méier
Wellington Freitas da Silva
Alexandro Gomes

Zonal Central
José Clóvis Praxedes de Araujo
Vânio Marcos Lenzi

Zonal Oeste
Viviane Almeida de Siqueira
Lucimar Pedreira do Bonfim

Zonal Leopoldina
José Ângelo de Souza Benedito
Ana Lúcia Guimarães

Zonal Ilha
Ágida V. Cavalcante Silva
Walter Arazi Neiva

O Jornal do Professor é uma publicação do Sinpro-Rio.

É permitida a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que citada a fonte.

Solicita-se também o envio de um exemplar da publicação, para arquivo.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Jornalista
Alessandra Novaes (MT RJ 22.321)

Redação
Bianca Argenta

Colaboração
Marcelle Andrade

Projeto gráfico e diagramação
Ana Cantarini

Impressão
Gráfica Mais (Tiragem: 20.000)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Proinfantil e Brasil Carinhoso foram temas de debate

FPEI-RJ recebeu representantes do MEC e da Faculdade de Educação da UFRJ

No dia 03 de julho deste ano, realizou-se, no **Sinpro-Rio**, mais uma edição do Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro (FPEI/RJ), abordando os temas Proinfantil e Brasil Carinhoso.

A mesa foi presidida pela professora doutora Maria Fernanda Nunes e composta pela coordenadora geral de Educação Infantil do MEC, Rita Coelho, e por Patrícia Corsino, professora da Faculdade de Educação da UERJ e coordenadora do Proinfantil no Rio de Janeiro. Após as apresentações e os diversos informes, Patrícia Corsino discorreu sobre o Proinfantil.

“As mudanças de concepção da Ed. Infantil trazem implicações na política e no cotidiano da escola.”

– Patrícia Corsino

Ela começou resgatando os objetivos do Proinfantil: habilitar para o magistério, em nível médio, os professores que exercem atividades docentes na Educação Infantil; elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes em exercício; valorizar o magistério, oferecendo condições de crescimento profissional e pessoal ao professor. E contribuir para a qualidade social da educação das crianças de 0 a 6 anos, nas instituições de Educação Infantil.

• O Proinfantil foi criado para corrigir distorções históricas

Prosseguindo, Patrícia Corsino salientou que as mudanças de concepções de infância e de Educação Infantil ocorridas nas últimas décadas trazem implicações tanto no âmbito das políticas, quanto no cotidiano da escola. A importância dos primeiros anos de vida na constituição do sujeito em todos os aspectos do seu desenvolvimento físico,

cognitivo, emocional, cultural, social é hoje consenso em diferentes meios e campos de pesquisas. Trabalhar com crianças em creches e pré-escolas exige dos professores amplo conhecimento acerca do desenvolvimento infantil, do processo de aprendizagem, da relação entre escola, cultura, conhecimento e saberes, além de posicionamento político frente à função social e cultural da escola e relacionamento com as famílias e a comunidade. Tudo isso demanda formação compatível com a complexidade da tarefa. O Proinfantil foi criado para corrigir distorções históricas. Cabe a cada município não mais contratar profissionais sem a formação mínima exigida por lei. Qualquer contratação neste sentido é ilegal e não cabe a um programa de parceria entre entes federados compactuar com distorções da legislação vigente, concluiu Patrícia.

• O Proinfância e o fortalecimento da Educação Infantil

Em seguida, a coordenadora geral de Educação Infantil do MEC, Rita Coelho, provocou os convidados com as indagações: Que tipo de formação devem ter os professores que trabalham na Educação Infantil? Que alimentos oferecer aos bebês na creche? Como deve acontecer a adaptação da criança? Orientações para dúvidas como essas são oferecidas pelo Ministério da Educação aos municípios que construíram ou estão construindo creches com recursos do governo federal, por intermédio do Proinfância.

A coordenadora geral de Educação Infantil do MEC, Rita Coelho, esclareceu que o Proinfância (programa de construção e reforma de creches) foi criado pelo governo federal para fortalecer a política de Educação Infantil nos municípios e apoiar a sua expansão. De 2007 a 2008, o programa investiu na construção de 973 creches em 939 municípios e a meta de 2009 foi construir 500 novas unidades.

Além de definir três tipos de projetos arquitetônicos para a construção de creches, o MEC orienta a aquisição do mobiliário e dos equipamentos, que devem ser certificados, para atender às particularidades da Educação Infantil. Os municípios têm autonomia para construir o



• Palestrantes e mediadora durante Seminário

projeto pedagógico, mas também podem solicitar assessoria à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério.

Rita Coelho explicou que a Educação Infantil – que vai dos primeiros dias

“A Educação Infantil – que vai dos primeiros dias de vida aos cinco anos e 11 meses - é uma etapa da educação básica, não um curso livre.”

– Rita Coelho

de vida aos cinco anos e 11 meses - é uma etapa da educação básica, não um curso livre, e tem que ter objetivos educacionais; portanto, necessita de planejamento. Nesse contexto, os professores devem saber que vivências precisam proporcionar à criança, em cada etapa da vida, para o seu pleno desenvolvimento.

A coordenadora Rita Coelho disse que a proposta pedagógica deve levar em conta uma série de pontos, entre eles, a estrutura e a organização da escola de Educação Infantil, as rotinas e as atividades do cotidiano do aluno, a organização dos espaços de alimentação, repouso, lazer e banho. A formação de professores, conforme afirmou a coordenadora, está determinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): Ensino Médio, na modalidade Normal ou Pedagogia.

• Atender famílias que se encontram em extrema pobreza é papel do Brasil Carinhoso

Em seguida, apresentou o novo programa do Governo Federal chamado de Brasil Carinhoso, que tem o objetivo central de beneficiar em torno de 2 milhões de famílias com crianças de até 6 anos. Este programa integra o Bolsa Família e visa atender famílias que se encontram em extrema pobreza, que chegam a somar 50% do total de pessoas, cuja renda mensal geralmente é inferior a R\$ 70,00.

O projeto Brasil Carinhoso terá seu desenvolvimento integrado em várias vertentes, e uma delas visa ampliar o número de creches em todos os estados brasileiros, assim como melhorar os serviços de saúde para atender às famílias mais necessitadas que possuam crianças pequenas. Alguns dos benefícios oferecidos será a distribuição de suplementos, como: vitamina A, ferro e também remédios contra a asma. Serão investidos mais de 10 bilhões de reais, entre os anos de 2012 e 2014, através deste programa, visando à melhoria de vida da população carente em termos de educação, saúde e vida social; reduzindo em 40% a extrema pobreza, elevando, assim, a qualidade de vida.

Finalizando, Rita Coelho salientou a importância da mobilização dos professores da Educação Infantil na luta por uma educação de qualidade e pela concretização dos direitos tanto das crianças quanto dos educadores. •

15 DE OUTUBRO DIA DO PROFESSOR

O SINPRO-RIO PARABENIZA A CATEGORIA
NÃO ACEITE TRABALHAR NESTE DIA, É FERIADO E DEVE SER RESPEITADO!

CPI
EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA

PROFESSOR(A), COMPAREÇA!

TODA QUINTA-FEIRA, 10h30
SALA 3II DO PALÁCIO TIRADENTES (ALERJ)

OU ASSISTA A TRANSMISSÃO AO VIVO PELA TV ALERJ OU PELO PORTAL DO SINPRO-RIO

SinproRio
www.sinpro-rio.org.br

CONTEE • CUT • FETEERJ
cpiedusuperior@sinpro-rio.org.br

NOTÍCIAS

Contee sai de Congresso com nova diretoria

Oitavo Conatee debate a organização sindical

Foi aprovada moção de apoio à CPI da Educação Superior privada

Diversos diretores do **Sinpro-Rio** participaram do 8º Conatee, o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), realizado do dia 31 de agosto ao dia 02 de setembro, na capital paulista, que debateu questões ligadas à organização e estrutura sindical.

Ao saberem da luta do **Sinpro-Rio** e de todos os sindicatos da base fluminense em relação à problemática da Educação Superior privada, o 8º Conatee também aprovou uma moção de apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação Superior da Alerj.

O Congresso encerrou-se com a eleição da nova diretoria que comandará a Contee no período de 2012 até 2016 e contará com a participação do presidente do **Sinpro-Rio**, Wanderley Quêdo; do 1º vice-presidente do Sindicato, Antonio Rodrigues; e do diretor de Comunicação da entidade, Andre Jorge Marinho.

• Diretores falam sobre o 8º Conatee e eleição para Confederação

Os diretores do **Sinpro-Rio** eleitos para a Contee comentaram a importância da participação na diretoria da Contee e falaram também sobre as resoluções do 8º Conatee:

“O Congresso demonstrou ser de extrema importância para a entidade, que debateu e deliberou sobre temas polêmicos e cruciais para o movimento sindical e sua própria organização e conseguiu, mais uma vez, avançar com a unidade das forças políticas para mais uma gestão de lutas.

Do ponto de vista da política sindical, a desfiliação da Contee da CUT, em meu entendimento, foi o ponto negativo do Conatee. Representa, a meu ver, um retrocesso da entidade, pois coloca-a em um vácuo orgânico na luta maior da classe trabalhadora; uma entidade sem ligação com a maior entidade sindical da América Latina e do Brasil. Apesar disto, continuo cutista e continuarei a defender as bandeiras da Central dentro da Contee e lutar para que este distanciamento orgânico não se torne político, e nem signifique um isolamento da Contee, no meio sindical.

Já no âmbito educacional, tivemos avanços na atuação da Contee no cenário nacional; na luta pela aprovação do PNE, mormente dos 10% do PIB para a educação. Além da prontidão com relação aos programas para educação, que envolvem necessariamente verbas públicas, tais como o Pronatec, Prouni, Proies e etc. Isso nos faz lembrar a razão de ser da entidade e de sua vital importância para nós trabalhadores em educação, e, portanto, com a responsabilidade de mantê-la, mesmo fora da CUT, como nossa entidade maior na luta nacional pela educação de qualidade e para todos.”

Wanderley Quêdo
Presidente do Sinpro-Rio, Diretor de Formação da Contee.

“Lamentavelmente uma decisão veio na contramão das propostas de luta: a desfiliação da Contee da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Tal votação se deu em função da partidização do Congresso levada a cabo por um grupo que investiu contra a unidade do nosso movimento, sob o falso argumento de que a Contee não deve ser filiada a nenhuma central. Em verdade, esperamos que a desfiliação da CUT agora não seja para, no futuro, filiar a Confederação à outra central sindical, de menor magnitude, mas hegemonizada por um partido político.

Esse erro político que significou o afastamento das bandeiras de lutas da maior central sindical do Brasil e da América Latina, com 3.438 entidades filiadas.

E o que é mais grave: uma decisão dessa magnitude ser adotada pela ínfima diferença, como o foi, de apenas seis votos, menos de 1% dos 671 delegados participantes. Até mesmo as abstenções foram superiores a essa reduzida maioria. Como diria o poeta “Se é para desfazer, por que é que fez?”.

A nota positiva foi a eleição do presidente do **Sinpro-Rio**, professor Wanderley Quêdo, para a Diretoria Executiva, na Secretaria de Formação. Além dele, mais 12 profissionais de educação do estado do Rio de Janeiro foram eleitos para a Diretoria Plena e Conselho Fiscal da Confederação, inclusive o signatário deste, como representante da Feteerj.”

Antonio Rodrigues
1º Vice-Presidente do Sinpro-Rio, Diretor da Feteerj.

“Compreendo que fortalecer a Contee é um passo importante na consolidação de uma entidade que representa os trabalhadores do setor privado e que defende a educação pública de qualidade regulada pelo Estado. A gestão 2012-2016 terá que organizar diversas lutas com a classe trabalhadora. Entre elas, destaco a aprovação do Plano Nacional de Educação que tramita, desde 2010, no Congresso, convencer a sociedade da importância de regulamentar o setor privado e pressionar o poder público para a efetivação de uma política pública de qualidade universalizada.

Outro desafio da Contee será incentivar a participação das entidades sindicais e da sociedade nas etapas da Conferência de Educação (Conae), que ocorrerão em todo o Brasil a partir de março de 2013. Considero que um país, que comprova a cada dia ter nascido para ser grande, precisa investir na educação para transformar um passado de descontinuidade das políticas educacionais em um país que pensa de forma integrada a sua educação. Dessa forma, aprovar o PNE e criar espaços de participação popular representa avançar para um sistema integrado de educação, sobre o qual o movimento sindical tem responsabilidade e precisa apresentar e disputar a sua concepção de educação. Estou certo de que esses são alguns dos desafios a enfrentarmos como nova direção da Contee”.

Andre Jorge Marinho
Diretor de Comunicação do Sinpro-Rio, e diretor da CUT-RJ, CUT-Brasil e Contee. •



MAIS

Paulo Freire: “o educador educado para a transformação”

No dia 19 de setembro, Paulo Freire completaria 91 anos de vida

Paulo Freire foi um dos primeiros presos políticos da ditadura militar de 64. Duas semanas após o golpe, foi convocado a dar esclarecimentos sobre sua pedagogia que, por propor reflexão crítica sobre a realidade, era considerada subversiva. A leitura da palavra é inseparável da leitura do mundo; ler o mundo é desvelar estruturas geradoras da desigualdade e da opressão.

Segundo Freire, a escola reproduzia a desigualdade por meio da “educação bancária”: depositava no aprendiz, como numa conta bancária, a informação que na avaliação era sacada. Se a classe dominante se utiliza da escola para veicular sua ideologia, a classe oprimida deve se utilizar dela

para exercitar a crítica desde a raiz dos problemas, questionar as “verdades” da mídia, a ideologia dominante, desocultar o real. Freire define prática pedagógica como política, meio para a construção de novas relações sociais.

Sobre a prática política dos docentes, destaca que ao participar do movimento sindical, o educador dá a melhor lição sobre luta e emancipação da classe trabalhadora. Ao possibilitar ao aluno a vivência política do movimento sindical através de seu próprio exemplo, o educador educa para a transformação. Denuncia o neoliberalismo e sua tendência à mercantilização de todas as esferas da vida, inclusive a formação humana. Critica a substituição do pensamento crítico pelo pós-crítico ou simbólico, ao qual chamou de “símbolo-diabólico”,

por ocultar as estruturas dominantes.

Ser freireano hoje é recuperar o papel político do educador; construir o protagonismo de educadores e educandos na definição dos projetos político-pedagógicos; resgatar a escola da ditadura do mercado e de seus representantes nas políticas educacionais, como os organismos internacionais; lutar contra a concepção naturalizada pelo neoliberalismo de que educar é treinar, de que formar se reduz a preparar para o mercado, a gerar empregabilidade. É ser capaz de educar para a indignação transformadora. •

Aparecida Tiradentes, doutora em Educação pela UFRJ, professora da Fiocruz. (Texto retirado da agenda Sinpro-Rio 2010)

Sinpro-Rio é eleito Instituição Educacional 2012

O **Sinpro-Rio** foi eleito Instituição Educacional 2012 no prêmio “Personalidade Educacional 2012”, promovido pela parceria entre a Associação Brasileira de Educação (ABE), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pelo jornal Folha Dirigida.

Além do Sindicato, foram eleitas outras duas instituições (Colégio de Aplicação da UFRJ e Escola Naval), e dez educadores. A votação é secreta e direta, realizada por um colégio eleitoral formado por cerca de 6 mil representantes das áreas de Educação e Cultura. A entrega do Título será realizada no dia 18 de outubro, em evento na sede social do Jockey Club, no Centro do Rio. •

CPI EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA

CPI da Educação Superior Privada é instaurada na Alerj

Já foram ouvidos representantes dos trabalhadores, do patronato e órgãos públicos

Após inúmeras audiências públicas da comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), com denúncias sobre diversas Instituições de Ensino Superior (IES), ficou clara para alguns deputados da Casa Legislativa a necessidade de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação Superior Privada no estado do Rio de Janeiro. Os trabalhos foram oficialmente abertos no dia 26 de junho.

A CPI, cujas sessões ocorrem todas as quintas-feiras, às 10h30, na Casa Legislativa, já é uma vitória dos trabalhadores. O presidente da comissão, deputado estadual Paulo Ramos (PDT) e o relator, o deputado estadual Robson Leite (PT), têm conduzido os trabalhos convocando representantes dos trabalhadores, do patronato e também de órgãos públicos, como o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Superintendência Regional do Trabalho (SRT).

Primeiro depoente convocado pela CPI, o presidente do Sinpro-Rio, professor Wanderley Quêdo, apresentou

um histórico de toda a problemática que os professores têm sofrido dentro dessas IES, especialmente no tocante as suas relações trabalhistas e condições de trabalho. “Nossa briga é desproporcional, precisamos buscar outros fóruns e espaços de interlocução, porque para as ruas nós vamos, mas isso já não está sendo suficiente para travar as lutas contra os grupos de capital internacional”, declarou durante seu depoimento.

Também depuseram o vice-presidente do Sinpro-Rio, Antonio Rodrigues, e a diretora Magna Corrêa; a assessora pedagógica do Sinpro-Rio, Aparecida Tiradentes; o presidente do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar (SAAE-RJ), Eles Carneiro e o diretor do SAAE-RJ, Celso Cruz; o presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro (SinMed/RJ), Dr. Jorge Darze, e o diretor, Jorge Luiz do Amaral (Bigu); a representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), procuradora Luciana Tostes; o presidente do grupo Galileo Educacional, César Siqueira Assreuy e o diretor do grupo Galileo Educacional, Fábio Mazzoneto; e o inte-

grante do DCE da UniverCidade, Marcos Vinícius Pompeu de Souza.

Já foram convocados para a CPI, mas não compareceram, o ex-reitor do grupo Galileo Educacional, Marcio André Mendes da Costa, que já está em segunda convocação não atendida e o professor Candido Mendes que alegou, via ofício à Alerj, “ter outros compromissos e não poder aceitar o convite”.

Agora, o deputado Paulo Ramos pretende chamar diversas IES e ouvir seus representantes. Em entrevista ao Jornal do Professor, ele e o relator

falaram sobre o início da CPI e as expectativas de sua conclusão. Também compõem a CPI os deputados Luiz Martins (PDT), vice-presidente; Edson Albertassi (PMDB) e Flávio Bolsonaro (PP); suplentes: André Ceciliano (PT), Claise Zito (PSD) e Xandrinho (PV). Caso não possa comparecer pessoalmente à CPI, você também poderá acompanhar seu andamento pelo portal do Sindicato: www.sinpro-rio.org.br, em transmissão ao vivo, ou ainda através das notícias no site e nas redes sociais.

Foto: Alessandra Novaes



• Deputados estaduais Paulo Ramos (PDT), Robson Leite (PT), Wanderley Quêdo, presidente do Sinpro-Rio e Viviane Siqueira, diretora do Sindicato

Expectativas e objetivos da CPI

DEPUTADO ESTADUAL PAULO RAMOS (PDT), presidente: “Venho tratando desse tema há alguns anos. Comecei com denúncias da Suesc e, ao presidir a Comissão do Trabalho da Alerj, fiz uma audiência pública sobre a Candido Mendes. E os professores vieram. O professor Miguel Baldez foi o que falou, representando os professores, porque ele é praticamente o professor mais antigo da Candido Mendes, além de ser um lutador social conhecido. E a reação do Candido Mendes, que não compareceu e nem mandou representantes, foi demitir os professores que vieram à audiência pública, a começar pelo professor Baldez. Depois comecei a ouvir re-

“Tudo que fiscalizamos, as multas aplicadas, mas o pagamento não é efetuado. E nós voltamos; as infrações continuam as mesmas e o MEC, também não fiscaliza.”

presentantes de outras universidades particulares, de Nova Iguaçu, e percebi que estávamos diante de situações graves. Em contato com o Sinpro-Rio, tomei conhecimento também das perseguições, das punições, das

demissões, do não cumprimento dos encargos, compromissos sociais, INSS, fundo de garantia. E há a avalanche de grupos estrangeiros, até mesmo grupo de investimentos, comprando universidades, sem qualquer compromisso com a qualidade da educação e com o respeito aos profissionais. Já que o objetivo passou a ser exclusivamente o lucro; o crescimento da educação a distância, uma espécie de comercialização de diplomas.

Com a evolução de tudo, vimos que o único caminho para sistematizar e dar um rumo a toda investigação, seria uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que está em curso, nos assustando a cada dia, porque vamos tomando conhecimento, inclusive, da existência de universidades que têm sede em outros estados, e com unidades, aqui como unidades fantasmas. Então, é um grande escândalo; vamos ver os rumos da CPI.

Além dos depoimentos do presidente do Sinpro-Rio e do diretor da Feterj, ouvimos também o SAAE-RJ, que trouxe uma informação preocupante. Há presença de muitos juizes, desembargadores e representantes do Ministério Público, como professores das universidades. Na visão do diretor da entidade, inclusive, causando embaraços à tramitação dos procedimentos judiciais.

Estamos começando a ouvir os representantes das próprias universidades.

Acredito que teremos a chance de concluir essa CPI até o final do ano. O prazo é de noventa dias, podendo prorrogar por mais sessenta e suspendemos no período do recesso. Estamos pra-

ticamente no início dos trabalhos, mas um início que também nos leva a algumas certezas. Primeiro, o representante da fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho (SRT) vem aqui e diz que as IES são reincidentes, que mesmo

“Em contato com o Sinpro-Rio tomei conhecimento também das perseguições, das punições, das demissões, do não cumprimento dos encargos, compromissos sociais, INSS, fundo de garantia”

com a precariedade, com a dificuldade, com a desestruturação da fiscalização, e poucos fiscais num universo muito grande a ser fiscalizado, ele denuncia que não há pagamento de muitas multas. O MEC não tem mais a sua representação no Rio de Janeiro. Fica claro também que o MEC não exerce a fiscalização; quem fiscaliza é a Superintendência Regional do Trabalho que vem aqui e diz “Tudo que fiscalizamos, as multas aplicadas, o pagamento, muitas vezes, não é efetuado. E nós voltamos; as infrações continuam as mesmas e o MEC também não fiscaliza”. Conclusão: as IES ficam leves, livres e soltas, fazendo o que

bem entendem e a representação das categorias - não só de técnicos, como a dos professores - lutando desesperadamente, e não encontrando praticamente eco por parte das instituições.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem um papel importante, mas também depende do Judiciário. Lutaremos para que a CPI possa, ao menos, dar uma contribuição para que os profissionais sejam respeitados, os direitos sejam atendidos e a qualidade da educação possa melhorar, em homenagem àqueles que têm a esperança de, através de um diploma, obter a inserção no mercado de trabalho com mais dignidade”.

DEPUTADO ESTADUAL ROBSON LEITE (PT), relator: “O objetivo final da CPI será o de encaminhar ao Ministério Público do Trabalho (MPT) todas as irregularidades encontradas. Vamos encaminhar também a Brasília, ao Congresso Nacional, à Comissão de Educação, a nossa contribuição para aperfeiçoar esse processo. Também lutaremos pela necessidade da regulação do ensino a distância, para evitar a precarização da mão de obra. Enviaremos também ao próprio Ministério da Educação, pedindo um rigor maior, especialmente no tocante ao processo de fusão. Também queremos que o desrespeito às questões trabalhistas seja considerado como um dos critérios de avaliação para a concessão do título a uma instituição de ensino, como uma universidade”. •

NOTÍCIAS

Sinpro-Rio participa do 11º CONCURTO

Somos CUT, Somos fortes!

Central aprova paridade de gênero

Entre os dias 9 e 13 de julho, na cidade de São Paulo, o **Sinpro-Rio** participou do 11º CONCURTO - Congresso da Central Única dos Trabalhadores. A proposta do Congresso era refletir a conjuntura internacional e nacional, realizar o balanço das ações político-organizativo da central e elaborar a plataforma da CUT, como instrumento de disputa por um modelo de desenvolvimento sustentável sob a ótica da classe trabalhadora.

• Por um novo modelo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável

Pensar a organização de uma agenda de lutas do movimento sindical, sem levar em consideração as mudanças ambientais, não contribui para a construção de um novo modelo de sociedade. Dessa

forma, impulsionar a luta por desenvolvimento sustentável, com a crítica ao trabalho verde, que é o aprofundamento do modelo capitalista, incorpora uma nova dimensão na pauta sindical, com olhar estratégico para a questão ambiental. O novo modelo social precisa garantir a soberania popular e incluir a defesa da igualdade e a valorização do trabalho como bases de um mundo sustentável.

• A CUT faz história e aprova paridade de gênero na direção

A desigualdade de participação entre mulheres e homens, no mercado de trabalho e nos espaços de decisão política, continua a refletir práticas que afastam as mulheres dos espaços de poder. Vários motivos concorrem para isso; a dupla ou tripla jornada de trabalho e o cuidado com as tarefas de casa reforçam essa análise.

Incorporar esse tema como estraté-

gico é um reconhecimento público de que não é possível construir um novo modelo social e sindical, sem reconhecer que ainda existem desigualdades

“A desigualdade de participação entre mulheres e homens, continua a refletir práticas que afastam as mulheres dos espaços de poder.”

no mundo e que a aprovação da paridade abre espaço para a participação, com mais igualdade, das mulheres nas decisões da CUT. A partir de 2015, toda a direção nacional e as estaduais da CUT terão a paridade de gênero.

Além da paridade, a CUT aprovou

ações para a classe trabalhadora do campo e da cidade. Para a educação, foi aprovada moção de apoio à aplicação dos 10% do PIB, a luta por uma educação de qualidade, a valorização dos profissionais da educação, a imediata aprovação do PNE e a defesa da regulamentação do setor privado.

Diretor do Sinpro-Rio toma posse na nova direção da CUT Nacional

O diretor do **Sinpro-Rio**, Andre Jorge Marinho, tomou posse na nova direção da CUT Nacional pelo ramo educacional e será um canal para encaminhar as lutas da educação na CUT e no Brasil. A nova direção tomou posse no dia 31 de agosto, em São Paulo. A cerimônia contou com a presença de autoridades, representantes dos movimentos sociais e sindicalistas de todo país e do mundo. •

COMISSÃO DE GÊNERO E ETNIA

Projeto “Por uma Educação Não Sexista” é lançado no Sindicato

Comissão de Gênero e Etnia participa do evento “Mulher Negra Mostre sua Cara”

Enfrentar a discriminação e o preconceito é meta da Comissão

Através do incentivo e desenvolvimento de seminários, oficinas e projetos, a Comissão de Gênero e Etnia do **Sinpro-Rio** está com toda força colaborando para o enfrentamento das questões vinculadas à discriminação e ao preconceito de gênero e raça a que indivíduos ainda estão sujeitos a sofrerem quando nos referimos à ocupação de determinados espaços sociais.

Em julho, participamos como parceiros do evento “Mulher Negra Mostre sua Cara”, em comemoração ao dia 25 daquele mês, dia da Mulher Negra na América Latina e no Caribe. O evento contou com poesias, músicas e muito debate e, assim, tivemos a chance de compartilhar com militantes e pesquisadores avanços e demandas quanto à situação das mulheres negras em tempos atuais. A profª drª Sueli Carneiro, do Instituto Geledés, trouxe-nos mais clareza quanto às lutas para a implementação de políticas públicas, refletindo sobre relações de poder e alteridade no tocante à história das mulheres negras.

• Por uma Educação Não Sexista

Também o lançamento do Projeto Por uma Educação Não Sexista, com oficinas de reflexão, conceituação e prática do entendimento da Questão de Gênero nas Escolas, ocorrido em Agosto, fruto da parceria que esta Comissão desenvolveu com a Escola do Professor, **Sinpro-Rio**, a Camtra - Casa da Mulher Trabalhadora, e a Comissão de Defesa

“O Projeto Por uma Educação Não Sexista contou com oficinas de reflexão, conceituação e prática do entendimento da Questão de Gênero nas Escolas.”



Foto: Bianca Argenta

dos Direitos da Mulher da Alerj, presidida pela deputada Inês Pandeló, deve ser mais uma iniciativa real de trazer aos educadores e à sociedade conhecimento e ampliação da construção de estratégias e ações práticas de combate à discriminação e ao preconceito presentes no dia a dia das salas de aula.

O projeto teve início com as oficinas de qualificação de educadores sobre como trabalhar com diferenças de gênero na escola e reeditou a Cartilha “Por uma Educação Não Sexista”, já

desenvolvida pela Camtra. As oficinas contaram com professores, alunos de graduação, representantes de ONGs e militantes. Tudo apresentado e transmitido pelo Sinpro online.

A partir de agora, pretende-se ainda fazer com que os professores tenham acesso às cartilhas para que possam ganhar mais informação e conhecimento sobre a temática e, até mesmo, redefinir velhos hábitos e reforçar novas práticas de inclusão social no que tange à questão das diversidades étnicas e de gênero. •

ESCOLA DO PROFESSOR

Criada pela Presidência da República, em 2012, comissão pretende esclarecer violações de direitos

Comissão da Verdade debate possibilidades e limites

Debate reafirmou a importância da Comissão da Verdade na construção da Democracia no Brasil

No dia 24 de agosto, na sede do Sinpro-Rio, foi realizada a Mesa Redonda da Comissão da Verdade, que teve como expositora a advogada, membro da Comissão da Verdade, Rosa Cardoso; e como debatedores Victória Grabois, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais; e Geraldo Cândido, ex-presidente da CUT-RJ, representante do Sindicato dos Metroviários e da Anapap no coletivo/ RJ – Verdade, Memória e Justiça. O diretor do Sinpro-Rio, Paulo César Ribeiro, foi responsável pela mediação do debate.

A Comissão da Verdade foi criada pela Presidência da República, em 2012, para esclarecer violações de direitos humanos durante a ditadura militar. O objetivo do debate era afirmar a importância da Comissão da Verdade na construção da Democracia no Brasil, no qual foram discutidos os proce-

dimentos e métodos adotados, prioridades estabelecidas, a participação da sociedade civil e o apoio jurídico e psicológico às testemunhas.

Antes do início do debate, o ex-presidente da CUT-RJ, representante do Sindicato dos Metroviários e da Anapap no coletivo/ RJ – Verdade, Memória e Justiça, Geraldo Cândido, falou sobre as expectativas para os trabalhos da Comissão da Verdade e também sobre a polêmica da posição dos militares em reação à Comissão da Verdade: “Existe uma grande expectativa sobre os trabalhos e grandes dificuldades. Os militares não aceitam a Comissão da Verdade, mesmo ela (a Comissão) não tendo o poder de punir ninguém e, sim, de esclarecer. O relatório final será encaminhado ao Ministério Público e ao Superior Tribunal Federal” disse. Geraldo Cândido ressaltou ainda que a Comissão da Verdade só terá um papel importante se a sociedade cobrar e pressioná-la.

Em entrevista ao Sinpro-Rio, a advogada Rosa Cardoso, que acompanha a militância há muitos anos, afirmou que uma das expectativas de resultados da Comissão da Verdade é criar condições para uma democracia muito mais estável e plena do que a existente hoje: “Queremos criar um enlace entre a vio-

lência do passado e a do presente, que persiste, como os desaparecimentos e, até mesmo, a questão carcerária no país, que é um grave crime”, afirmou ela.

Durante o debate, transmitido ao vivo pela internet, houve ainda um momento para que alguns dos ouvintes presentes pudessem fazer suas considerações.

Foto: Alessandra Novaes



• Geraldo Cândido, ex-presidente da CUT-RJ; o mediador e diretor do Sinpro-Rio, Paulo César Ribeiro; a advogada e membro da Comissão da Verdade, Rosa Cardoso; e Victória Grabois, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais

• Advogada Rosa Cardoso fala sobre expectativas e objetivos da Comissão da Verdade

SINPRO-RIO: Qual a expectativa para o resultado da Comissão?

ROSA CARDOSO: Temos a expectativa que isso crie condições, primeiro, para a construção de uma democracia muito mais estável e mais plena do que a que existe. Que a gente faça um bom enlace entre a brutalidade, a violência do passado e as violências do presente. Porque muitas violências persistem. Persiste a questão da tortura, das execuções sumárias, dos desaparecimentos, até mesmo desaparecimentos da população pobre e a questão carcerária que é grave no país; é um crime que lesa a humanidade, que acontece aí. Então nós esperamos que em relação à segurança da população, em geral, as condições melhorem.

Esperamos desvendar ainda muitas questões não resolvidas, do ponto de vista dos crimes praticados pela ditadura, especialmente agora que vamos ter acesso a muitas informações de arquivos, a vários acervos que estavam ainda nas mãos das forças armadas e que foram disponibilizadas ou para o arquivo nacional, ou por insistência nossa. E também tem um arquivo muito importante, que é o que estava nas mãos do Itamaraty.

SINPRO-RIO: Dilma Rousseff, de perseguida política, tornou-se presidente da República. Como viu o processo?

RC: Vejo a Dilma nesse lugar com muita naturalidade; não foi uma surpresa, a Dilma não mudou em relação ao passado. Claro que ela amadureceu; hoje ela é muito melhor pessoa do que era antes. É mais informada, é mais tolerante, é mais generosa... É mais generosa porque a vida dela tem que ser de uma dedicação completa ao outro. Ela tem que ter uma atitude realmente muito

republicana em sua vida privada. Ela é uma pessoa que gosta de ler bons livros, de ver filmes bons, ela tem que se privar de tudo isso para cuidar de outros problemas, e desse problema fundamental que é tentar resolver a questão da miséria no país.

SINPRO-RIO: E sobre essa polêmica que os militares estão fazendo, sobre a questão da punição e uma possível “vingança”. A comissão terá uma postura de buscar para punir os torturadores?

RC: Não, na verdade, a Comissão, sendo uma comissão da verdade, não faz esse papel de justiça. Porque são três os pilares sobre os quais se assenta a reconstrução de um estado de direito, que são, como vocês sabem, “verdade, justiça e reparações”... reparações materiais e reparações simbólicas. No Brasil, esse processo ficou torto, porque a questão da verdade, a discussão da verdade histórica parece muito tardiamente, mas ela ocorre num leito diferente da questão da justiça, da justiça criminal especialmente, que outras formas de justiça não estão vedadas dentro do direito brasileiro. Por exemplo: ainda muito recentemente, houve uma declaração na justiça cível, através de uma ação declaratória, de um coronel que era torturador. Então outros processos podem surgir nesse sentido. Mas, do ponto de vista de justiça criminal, pela posição do Supremo, não está valendo a pena entrar com processos criminais, porque não são aceitos. Mas isso tem que ser feito no âmbito do próprio Poder Judiciário, nós não podemos funcionar como uma justiça de exceção. Nós somos uma Comissão da Verdade sem poderes jurisdicionais. •

Próximos eventos

Inscreva-se e participe!

DATA	NOME DO CURSO/ATIVIDADE	LOCAL
04/10	Curso “O trágico em Clarice Lispector”	Sede - Centro
06/10	Oficina “Afetividade na creche: reflexões sobre a inclusão e o acolhimento das emoções no cotidiano”	Sede - Centro
10/10	Palestra “A liquidação dos limites”	Sede - Centro
10/10	Curso “Técnica vocal”	Sede - Centro
12/10	SindTour: Domingos Martins - Espírito Santo	
19/10	Curso “Vinhos Gregos”	Sede - Centro
20/10	Oficina “Cuidar e relacionar apresentando o mundo para os bebês!”	Sede - Centro
20/10	Curso “O ensino-aprendizagem de matemática na visão de Malba Tahan”	Subsede - Campo Grande
22/10	Concertos didáticos com Thadeu e Raphael Maia	Subsede - Barra
24/10	Evento Musical - Grupo Bambo de Bambu	Sede - Centro
26/10	Curso “Vinhos Gregos”	Sede - Centro
27/10	Oficina “Práticas criativas para aulas de Ciências”	Sede - Centro
27/10	Oficina “Material dourado e as quatro operações”	Subsede - Barra
27/10	SindTour: Morro da Boa Viagem & Fortaleza de Santa Cruz – Niterói	
09/11	Seminário “O desafio de educar: discutindo a Inclusão na Escola”	Subsede - Campo Grande
10/11	Oficina “Infância hoje: formando leitores de 0 a 4 anos, em casa e na escola”	Sede - Centro
10/11	SindTour: Base Aérea de Santa Cruz: Roteiro Histórico e Ecológico	
15/11	SindTour: Serras Gaúchas - RS	
24/11	Seminário “Educação Superior no Brasil: mercantilização e implicações na vida educacional do país”	Sede - Centro
28/11	Evento Musical - Classic Jazz Trio	Sede - Centro
01/12	SindTour: Penhasco Dois Irmãos	

FÉRIAS EM JANEIRO

AGORA É LEI

LEI ESTADUAL 6.158, DE 09/01/12

Leia mais no site: www.sinpro-rio.org.br

COPAP

Data do evento foi escolhida pela proximidade ao Dia do Idoso

Seminário: “A Previdência Social e os Trabalhadores: Histórico e Perspectivas”

Na abertura, o professor Iber Reis fez relato do histórico da Copap



Foto: Alessandra Novaes

• Palestrantes do Seminário. Ao microfone, a desembargadora Salete Macalóz

No dia 21 de setembro, a Comissão de Professores Aposentados e Pensionistas (Copap) realizou Seminário “A Previdência Social e os trabalhadores: Histórico e Perspectivas”, por estar próximo ao Dia Nacional do Idoso, que é comemorado em 1º de outubro.

Na abertura, fomos agraciados com a apresentação do coral “De Cor e Salteado”, sob a regência do maestro Dalton Coelho.

Em seguida, houve a composição da mesa: professor Iber Reis representando a Copap, sra. Yedda Gaspar, presidente da Faaperj, desembargadora Salete Macalóz e os advogados Alex Sandro de S. Gonçalves e Igor C. de Medeiros, do Escritório Davidovich Advogados Associados.

O professor Iber Reis, na qualidade de vice-presidente da Copap e sendo um de seus fundadores, na abertura, fez um relato sobre o histórico da Comissão e falou do seu interesse em estudar os efeitos das mudanças sociais que atingem a terceira idade. Fez, também, referência ao Sinpro-Rio, ressaltando que o nosso Sindicato é um dos mais antigos do Brasil, fundado em 1931 e que sempre participou das lutas políticas de nosso país.

A presidente da Faaperj, senhora Yedda Gaspar, fez uma síntese da atual conjuntura dos aposentados, suas principais demandas, e o trabalho da Federação na luta pelos seus direitos, enfatizando a valente participação dos federados, durante protestos em Brasília. Fez um convite para que todos(as) participem do próximo Congresso da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), em novembro, na Bahia.

Os advogados, Alex e Igor, repor-

taram-se à situação atual dos aposentados, em especial à situação dos(as) professores(as), orientando-os no que pode ser feito para melhorar seus rendimentos, colocando-se à disposição para atendê-los, individualmente, através do agendamento de consulta pelo Sinpro-Rio. Para o atendimento, o aposentado deve trazer sua Carta de Concessão de Aposentadoria.

O Seminário encerrou-se com a participação da Dra. Salete Macalóz que, ao fazer o relato sobre o histórico da Previdência, preferiu destacar alguns aspectos, ao invés de narrá-lo linearmente.

Ressaltamos alguns destes aspectos:

- a indefinição sobre o futuro previdenciário, em consequência da contribuição patronal;
- correlação da Previdência com a história da humanidade, reportando-se ao tempo das cavernas;
- início da Previdência Moderna, em 1860, na Áustria, e, no Brasil, em 9 de janeiro de 1923, quando foi aprovado o PL do deputado Eloy Chaves;
- a relação do segurado com a Previdência é contratual e deve ser honrada pelas partes envolvidas: empregado, empregador e Estado. Entretanto, o que se assiste são os sucessivos governos mudando as regras de acordo com suas conveniências, num desrespeito flagrante ao contrato;
- o orçamento do INSS não é liberado para o conhecimento público. Por exemplo: não se sabe a realidade da contribuição que deve ser feita, pelo governo, ao órgão citado;
- causas referentes à agregação da assistência médica e hospitalar à Previdência;
- destaque da diferença de contribui-

ção e assistência entre militares e funcionários públicos;

- relato de situações que levaram os antigos Institutos a serem grandes criadores do Sistema Nacional de Habitação;

- utilização das economias dos Institutos pelos governos, para outros fins que não os previdenciários, como, por exemplo, o presidente JK construiu Brasília com a verba dos Institutos. O golpe de 1964 foi o golpe no FGTS e na Educação. Portanto, os bens públicos pertencem aos trabalhadores;

- explicação da origem do enorme patrimônio imobiliário do INSS, destacando a escandalosa administração pública destes bens, exemplificando com os baixíssimos aluguéis que são pagos por eles, pelos seus inquilinos;

- a Previdência teve uma época de ascensão, houve uma estabilização, e, em 1963, começou a sua decadência. Hoje, não temos nenhuma certeza em relação ao seu futuro.

Cumpramos, portanto, a todos nós, cidadãos brasileiros, estarmos atentos, informados e dispostos a batalhar pelos nossos direitos previdenciários.

Um espaço para o professor aposentado e seus convidados

Nossa programação já foi apresentada até o final do ano e remetida para a residência dos professores sindicalizados!

+ MAIS

Atenção, Madureira!

05/10, às 10h - “Conhecendo um pouco sobre o vinho e seus benefícios”- Professor Francisco Brossard

Atenção, Barra da Tijuca!

30/11, às 10h - “A Saúde e a Felicidade”- Dra. Vera Lúcia da Silva

Atenção, Campo Grande!

Infelizmente, por motivo de força maior, teremos que suspender a programação do trimestre desta Subsele, que aconteceria no dia 26 de outubro.

+ MAIS

COPAP NA ESTRADA – SÃO PAULO CULTURAL

Uma viagem ao mundo da cultura, do lazer e da gastronomia!

Saída: 15 de novembro, às 7h30.

Retorno: 20 de novembro, às 21h (horário previsto)

Investimento: R\$ 1.620,00

À vista ou parcelado (cartão ou cheques pré-datados, em até 6 vezes)

Incluído no pacote:

Transporte em ônibus semileito, hospedagem no Bourbon Business Hotel, pensão completa (café da manhã, almoço e jantar), City Tour e 02 by night.

Maiores informações com Andrea Soares, pelo telefone (21) 3262-3400 ou Rosana, pelo telefone 3262-3440. •

Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas realiza 21º CNAPI

De 8 a 11 de novembro, na Bahia, os aposentados, pensionistas e idosos terão oportunidade de debater temas de seus interesses no 21º CNAPI, a ser realizado pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

O Sinpro-Rio se fará representar por dois membros da diretoria da Copap, os professores José Cloves Praxedes e Dinah Luisa da Silva. •



Se a sua escola não faz o que é correto, denuncie ao Sinpro-Rio!

Andamento de processos (9 às 17h30):

3262-3418 • 3262-3420 • juridico@sinpro-rio.org.br

SEDE CENTRO
Rua Pedro Lessa, 35 • 2º, 3º, 5º e 6º andares
Tel. (21) 3262-3400
e-mail: sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • CAMPO GRANDE
Rua Manaj, 180
Tels. (21) 2415-4686 • 3402-1768
e-mail: campogrande@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • BARRA DA TIJUCA
Av. das Américas, 5.777 • salas 202 e 208 a 211
Tels. (21) 2438-2457 • 2438-4109 • 2497-3710
e-mail: barra@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • MADUREIRA
Rua Carolina Machado, 530 • salas 210, 211 e 212
Tel. (21) 3350-6233 • 3350-6255 • 3350-6149
e-mail: madureira@sinpro-rio.org.br



SinproRio
Sindicato dos Professores do Município
do Rio de Janeiro e Região